

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas, Os Administradores da Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil BR-163" ou "Companhia") apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultados Abrangentes.

Table with 3 columns: Ativo, Passivo e patrimônio líquido, and Balanço Patrimonial. Rows include Circulante, Não circulante, and Total do Ativo.

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

Table with 3 columns: Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita Líquida, Despesas operacionais, Resultados operacionais, and Lucro líquido (prejuízo) do exercício.

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Abrangente

Table with 3 columns: Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Resultados abrangentes, and Total dos resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Table with 3 columns: Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Recreitas e outros resultados, Despesas de prestação de serviços e outros, and Resultados.

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia ou Concessionária") é uma sociedade por ações, com registro na categoria "B" da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), sem ações negociadas na Bolsa, constituída em 26 de setembro de 2021, com sede em Sinop-MT.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaram-se as demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais...

3. Reconhecimento e desreconhecimento: Compreas e vendas regulares de ativos financeiros e os resultados contratuais dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, assim como em 2024, a Companhia não possui ativos financeiros em carteira.

4. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

5. Avaliação de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

6. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

7. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

8. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

9. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

10. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

11. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

12. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

13. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

14. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

15. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

16. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

17. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

18. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

19. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao longo de sua projeção, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa de ativos financeiros. A perda esperada é avaliada por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende do prazo de validade do ativo.

Cuiabá-MT, dia 31 de março de 2026

continuação

21. Despesas gerais, administrativas e comerciais	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas		
Despesa com pessoal	(6.750)	(7.795)
Honorários de consultorias e auditorias	(10.059)	(6.838)
Serviços administrativos compartilhados (a)	(13.146)	(11.926)
Aluguéis e locação	(1.232)	(118)
Depreciação	(671)	(6.010)
Amortização direito de uso	(219)	(208)
Despesas com viagem	(1.478)	(1.374)
Seguro garantia	(2.849)	(2.143)
Impostos, taxas e contribuições	(1.330)	(638)
Outras despesas	(5.988)	(6.051)
	(43.724)	(43.101)
Despesas comerciais		
Despesa com pessoal	(73)	(7)
Mão de obra pessoa jurídica	-	(176)
Propaganda e publicidade	-	(513)
Feiras e eventos	(12)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.119)	-
Indenizações comerciais	(6)	(206)
Indenizações trabalhistas	(1.266)	(164)
Outras despesas comerciais	(645)	(1.066)
	(3.123)	(1.066)
	(46.847)	(44.167)

Total de despesas admin. e comerciais	31/12/2025	31/12/2024
22. Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas		
Despesas recuperadas	4.110	4.443
Ressarcimento de seguros	1.055	1.712
Outras receitas não operacionais	164	1.466
	5.329	7.301
Outras despesas		
Provisão para contingências	(3.510)	(3.673)
Multas por atraso de tributos	(9.115)	(9.882)
Outras despesas operacionais	(41)	(41)
	(12.625)	(13.596)
	(7.296)	(6.295)

Total de despesas admin. e comerciais	31/12/2025	31/12/2024
23. Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(82.617)	(72.976)
Variação Monetária passiva	(42.086)	(44.887)
Variação Monetária sobre provisão para manutenção	(2.750)	(2.206)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(4.560)	(18.348)
Juros sobre arrendamento mercantil	(116)	(2.351)
Juros sobre tributos em atraso	(6.903)	(6.278)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(9.469)	(4.495)
Custo financeiro de estruturação de dívida	(622)	(6.422)
Amortização do custo de captação	(7.790)	(5.808)
Comissões de despesas bancárias	(46)	(8,613)
Outras despesas financeiras	(283)	(17)
	(157.242)	(172.411)
Receitas financeiras		
Juros s/ aplicação financeira	10.169	6.320
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1	440
Outras receitas financeiras	10	50
	(147,054)	(165,622)

Resultado financeiro líquido	31/12/2025	31/12/2024
24. Imposto de renda e contribuição social		
Em 2025, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real anual, assim como para o exercício de 2024. Nesse regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo o demonstrativo da reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Alíquotas nominais	12,548	(25,981)
	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculado a alíquotas nominais	(4,266)	8,834
Efeito dos tributos diferidos e não constituídos sobre diferenças temporárias	(11.939)	(8.815)
Arrendamentos	9	932
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(2.649)	(1.975)
Provisão para contingências	(9.306)	(8.344)
Outras provisões	97	567
Despesas indutíveis (adições e exclusões)	108	(19)
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	4.897	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(11,200)	-
IRPJ e CSLL Correntes	(16,037)	-
IRPJ e CSLL Diferidos	4,837	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(11,200)	-
	89%	-
Alíquota efetiva	89%	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que gerariam valores de IRPJ e CSLL diferidos ativos. No entanto, esses montantes não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Com base nos planos da Administração, a Companhia espera gerar resultados tributáveis positivos nos próximos exercícios. Assim, quando forem atendidos os critérios de recuperabilidade previstos na legislação e nas normas contábeis, será iniciado o reconhecimento dos ativos de tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e demais diferenças temporárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	141,936	159,338
Imposto de renda não constituído	35,484	39,835
Contribuição social sobre lucro líquido não constituído	12,774	14,340
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituído	48,258	54,175

25. Instrumentos financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.2. Categoria de instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 se aproximam do valor justo e estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração:

Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	92.278	92.278	1.328	1.328
Contas a receber	25.320	25.320	7.029	7.029
Títulos e valores mobiliários	46.248	46.248	44.387	44.387
Passivo financeiros				
Fornecedores	26.318	26.318	48.394	48.394
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	983.749	996.582	933.405	823.206
Passivo de arrendamentos	1.683	1.683	1.849	1.849

(*) Os valores justos dos instrumentos financeiros foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **25.3. Categoria fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

26. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de juros: A variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável usando as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% (Cenário I) e o segundo com 50% (Cenário II) sobre a taxa de 14,90 de CDI e 5,35% de IPCA do cenário provável.

Instrumentos financeiros	Risco	Projeção de mercado						
		31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II			
Ativo financeiro								
Caixa e Aplicações Financeiras	Redução da CDI	92.278	14,32%	105.492	10,74%	102.189	7,16%	98.885
Contas a receber	Redução do IPCA	25.320	4,26%	26.399	3,20%	26.129	2,13%	25.859
		117.598		131.891		128.318		124.744
Passivo financeiro								
Debêntures	Aumento do IPCA	983.749	4,26%	1.025.657	5,33%	1.036.134	6,39%	1.046.611
Passivo de Arrendamentos	Aumento do IPCA	1.683	4,26%	1.755	5,33%	1.773	6,39%	1.791
		985.432		1.027.411		1.037.906		1.048.401
Exposição da dívida líquida		867.834		895.521		909.589		923.657

(b) Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais. **(c) Risco de crédito:** A Companhia não possui risco elevado de créditos, considerando que as operações de sistema automáticos devem realizar o repasse das arrecadações em até 28 dias sob pena de rescisão contratual. **(d) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. **(e) Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a liquidez necessária para o retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Gestão de capital	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
A - Total de empréstimos, financiamento, debêntures e passivo de arrendamentos				
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota 3 e 7)				
D = (A - B) - Dívida líquida			138.526	45.715
D = Total do patrimônio líquido			846.906	899.539
E = (C + D) - Capital total			349.274	347.926
C/E = Índice de alavancagem financeira			1.196.180	1.237.465
			70,80%	71,88%

27. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconilim o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1,348	(25,981)
Média ponderada de ações	657.000.000	414.919.583
Resultado por ações (em reais)	0,0021	(0,0626)

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ativo de intangível - Capitalização de gastos e amortização da infraestrutura da concessão - Notas 2.4.6 e 9	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento contábil do intangível da concessão. Avaliamos os critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registros dos gastos capitalizados, bem como as principais premissas utilizadas na definição do prazo e do método de amortização aplicáveis. Efetuamos a leitura do contrato de concessão, com foco nas obrigações de investimento previstas e nas etapas de execução das obras ao longo do prazo contratual. Com base em testes amostrais, confrontamos os valores capitalizados no exercício de 2025 com as respectivas documentações suportes. Realizamos o recálculo da amortização da infraestrutura da concessão, comparando os valores apurados com aqueles reconhecidos contabilmente. Efetuamos a leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas utilizados pela administração são razoáveis e que as divulgações apresentadas estão consistentes com dados e informações obtidos em nossa auditoria.
Os valores registrados como ativo intangível referem-se, substancialmente, aos gastos incorridos na construção e melhoria da infraestrutura da concessão rodoviária, reconhecidos de acordo com a interpretação Técnica IPCO 01 (R1) - Contratos de Concessão. Consideramos a capitalização dos gastos na infraestrutura de concessão, bem como a determinação do prazo e da metodologia aplicada para a amortização do ativo intangível, como um dos principais assuntos de auditoria, em razão da materialidade dos valores envolvidos e do elevado grau de julgamento aplicado pela administração. Esse julgamento envolve a avaliação da elegibilidade dos custos capitalizados, da aderência às cláusulas do contrato de concessão e da definição de premissas relacionadas à vida útil econômica da infraestrutura e ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. Confrontamos as informações utilizadas no teste de impairment com o plano de negócios aprovados pela administração, testamos a exatidão matemática dos cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa. Também avaliamos, com apoio dos nossos especialistas internos, a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos.
Valor recuperável de imobilizado e intangível - Notas 2.4.6, 8 e 9	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. Confrontamos as informações utilizadas no teste de impairment com o plano de negócios aprovados pela administração, testamos a exatidão matemática dos cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa. Também avaliamos, com apoio dos nossos especialistas internos, a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com

28. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia efetuou em 2025 cobrem os principais ativos operacionais que estão em construção, assim como outros riscos do contrato de concessão com período de vigência de 22 de fevereiro de 2025 a 21 de fevereiro de 2026. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

Natureza	Limite Máximo de Indenização	Lucros cessantes
Riscos de Engenharia	50.000	-
Seguro Garantia	126.000	-
Responsabilidade Civil	10.000	-
Riscos Operacionais	800.000	99.976
Responsabilidade Civil Geral	20.000	-
	1.006.000	99.976

29. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transação relevante que não envolveu caixa ou equivalentes de caixa. • No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 123.312 de investimentos, dos quais R\$ 11.094 não foram pagos, assim, foi deduzido na apresentação do demonstrativo dos fluxos de caixa no intangível, imobilizado e fornecedores. **30. Compromissos vinculados ao contrato de concessão**

A partir da assinatura do Contrato de Concessão em abril de 2022, os principais compromissos de investimentos da concessão estão estimados em R\$ 2.438.192, dos quais a Companhia investiu em obras na rodovia o montante de R\$ 1.708.184 até 31 de dezembro de 2025. Compostos da seguinte forma: • Restauração de 100% do pavimento; • 23 interseções; • 39,32 km de manutenção dos acessos portuários; • Implantação de 30,24 km de vias marginais e 42,88 km de faixas adjacentes; • 172 km de acostamentos novos e 340 km de alargamento de acostamentos existentes; • 18 trechos de correção de traçado; e • Implantação das praças de pedágio e bases operacionais.

Abaixo apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 (não auditado):

Item	Unid.	Quant.	Valor
Trabalhos Iniciais	%	100%	1.241.406
Recuperação da Rodovia	%	21,40%	216.335
Praça de Pedágio	Unid.	3	71.743
Bases Operacionais	Unid.	4	27.300
PHFs	Unid.	3	21.723
Ponto de Parada e Descanso	Unid.	1	19.440
Panelê Mensagem Variável Fixo	Unid.	17	4.661
Panelê Mensagem Variável Móvel	Unid.	29	2.258
Sistema de Circuito Fechado de TV	Unid.	50	2.688
Passarelas	Unid.	2	5.548
Defensas Metálicas	(m)	39,31	5.901
Projetos	vb	1	20.650
ESG	vb	1	52.163
Outros	vb	1	16.687
		Total	1.708.184

31. Eventos subsequentes.

Em 21 de janeiro de 2026, o Plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU") aprovou a proposta para adequação e otimização do Contrato de Concessão relativo ao Sistema Rodoviário de 1.009 km da BR-163/230/MT/PA, de Sinop/MT até Itaituba/PA ("Contrato de Concessão"), firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). Com esta aprovação, a Companhia celebrará Termo de Autocomposição juntamente com as partes envolvidas (TCU, Ministério dos Transportes e ANTT) e, após consulta pública, as ações da Companhia serão ofertadas ao mercado, por meio de processo competitivo na B3 S.A. ("B3"), podendo ainda a Companhia permanecer com a concessão.

Diretoria	
Luiz Claudio de Andrade Braga	Diretor Presidente
Ismael Rosa	Diretor Administrativo/Financeiro e de Relações com Investidores
Isaac do Nascimento	Contador CRC-PR043806/0-1

as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliam

JR DIÁRIO DE CUIABÁ MT BALANÇO VIA BRASIL BR 163 EDIÇÃO DE 31-03-2026 DIGITAL + CD PÁGINAS 01

Código do documento 8403cb5a-47fa-4228-b3e9-0203ccf26020



Assinaturas



GUSTAVO ADOLFO CAPILE DE OLIVEIRA
comercial@diariodecuiaba.com.br
Assinou

Gustavo Oliveira

Eventos do documento

31 Mar 2026, 08:28:37

Documento 8403cb5a-47fa-4228-b3e9-0203ccf26020 **criado** por GUSTAVO ADOLFO CAPILE DE OLIVEIRA (6ad72be3-da0f-42e4-b24e-632d17dec5c7). Email:comercial@diariodecuiaba.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-30T23:28:37-12:00

31 Mar 2026, 08:29:08

Assinaturas **iniciadas** por GUSTAVO ADOLFO CAPILE DE OLIVEIRA (6ad72be3-da0f-42e4-b24e-632d17dec5c7). Email: comercial@diariodecuiaba.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-30T23:29:08-12:00

31 Mar 2026, 08:29:16

GUSTAVO ADOLFO CAPILE DE OLIVEIRA **Assinou** (6ad72be3-da0f-42e4-b24e-632d17dec5c7) - Email: comercial@diariodecuiaba.com.br - IP: 24.152.34.127 (24.152.34.127 porta: 30882) - Documento de identificação informado: 405.815.861-15 - DATE_ATOM: 2026-03-30T23:29:16-12:00

Hash do documento original

(SHA256):908d11cda958c9cf97e69ba3c4d71e0107ea38cc3ec913274726b078d66c8369
(SHA512):1acbefaf31941f09e88aa85213097d1b4bf1cf1ca8f898208c959c3d321ac22ef99c0936f97c313d405ee02fe1746a025d1c3c2f8ea837944f4642fcca329ed0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.